

# humanitas



Vol. LXIII  
2011

Ele que, nesta hora, crédulo goza a tua beleza de ouro,  
ele que sempre disponível, sempre amena  
te espera – e não conhece da aura  
os seus enganos! Desventurados aqueles que,

por te não terem experimentado, a tua cintilação deslumbra!  
Por mim, em tabuinha votiva, a sacra parede testemunha  
que as vestes, alagadas, suspendi  
em oferenda à deusa poderosa do mar.

Maria Cristina Pimentel

### **A fundação da ESE, da ESA e do IPCB (Ano de 1980-1981)**

#### **Nota Introdutória**

A 29 de Dezembro de 2005, o Instituto Politécnico de Castelo Branco completou 25 anos de vida. Para comemorar as suas Bodas de Prata, resolveu a Direcção publicar um número específico sobre a sua história. Entre as homenagens a prestar, encontrava-se, naturalmente, a história das suas origens a publicar num livro — volume de que foi encarregado o Dr. António Camões.

Nesse sentido, fui convidado, a meio do ano, para escrever um artigo sobre o primeiro ano da Comissão Instaladora, de que eu fui o primeiro presidente. Posteriormente, ignoro por que razões, foi deliberado prescindir deste número especial de História.

Ora eu, em Julho e princípios de Agosto de 2005, tinha dado volta aos meus arquivos, para escrever de modo rigorosamente histórico e documentado. Foi-me, pois, devolvido um artigo que continha dois aspectos para mim importantes: era uma página muito útil para a compreensão do ambiente e circunstâncias que então se viveram; e era também uma página importante das minhas Memórias, arrancada da documentação oficial, das minhas agendas de 1980 e 1981 e também recordações de passos vividos, muitos deles complexos, bem como agradáveis uns, desagradáveis outros.

O artigo sobre a fundação do Instituto Politécnico de Castelo Branco e, anteriormente, das Escolas Superior de Educação e Superior Agrária, suas duas primeiras Escolas componentes, jazia, pois, nas minhas reservas

de escritos não publicados. O convite para colaborar num número especial da revista *Humanitas*, do Instituto de Estudos Clássicos da U.C., veio, pois, acordar em mim a lembrança de que tinha já pronto um trabalho, escrito com toda a preocupação de rigor dos factos e das vivências, que ficaria muito bem numa homenagem ao Doutor José Ribeiro Ferreira, por ocasião da sua jubilação.

Ao Doutor Ribeiro Ferreira devo eu ter sido aliviado do peso das numerosas cadeiras e tempos lectivos que dei, enquanto Assistente, porque, em Janeiro de 1970, entrou ele como docente da Faculdade de Letras e, precisamente, entre outros, foi-lhe entregue o ensino da disciplina de Língua Grega, II ano, que eu vinha dando desde que, em 1957, regressei da Universidade Católica de Nimega (Países Baixos, província de Gelderland e Diocese de Den Bosch).

Depois, ao longo dos anos, fui vendo e admirando os seus trabalhos de investigação e ensino: e sobretudo os seus livros de poesia e sua participação na vida social de Coimbra, inclusive, por algum tempo, Presidente dos Rotários, onde deixou bem expressa a vantagem dos Estudos Clássicos, tanto do Latim como do Grego Antigo — Língua, Literatura e Cultura. Vão ser, no fim, 42 anos ininterruptos de trabalho, não só Filológico, mas também, em alguns anos, membro da Direcção da Faculdade de Letras. Múltiplas aptidões com que nos apraz congratular.

Associo-me, portanto, com alegria, a esta homenagem que lhe é prestada, sabendo, para mais, da sua preparação para compreender as implicações que a minha consagração ao sacerdócio católico teve em um dos passos difíceis nesse meu ano de 1980-1981, como Presidente fundador das duas primeiras Escolas Superiores e do Instituto Politécnico, em Castelo Branco, meu distrito de origem.

### **Convite para Presidente da Escola Superior de Educação**

Na segunda quinzena de Agosto de 1980, encontrava-me em tratamento nas Termas de Monfortinho, quando, por ocasião do dia 20, apareceram no Hotel Fonte Santa, para falar comigo, o Governador Civil, Sr. Comendador Alberto Ferreira Romãozinho, acompanhado do meu conhecido Sr. Francisco Caldeira Lucas, o célebre «repórter Beirão» da *Reconquista*, grande defensor dos interesses de Castelo Branco.

Levavam bem firme um propósito: — convidar-me e, se preciso, demover-me a aceitar o cargo de primeiro responsável pela instalação do

Ensino Superior em Castelo Branco, através da fundação da Escola Superior de Educação. Eu argumentei com o trabalho que então tinha como Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra. Mas eles, reforçando-se sempre um ao outro, contra-argumentavam que precisamente por isso é que eu era a pessoa indicada! No seu dizer, o então Primeiro Ministro, Dr. Sá Carneiro, já tinha prometido criar o «ensino superior» em Castelo Branco, desde que lhe apresentassem um professor universitário que ficasse como Presidente.

Acresce ainda que Castelo Branco seria a primeira cidade a ter uma Escola Superior de Educação, porque estava muito empenhado nisso o albicastrense Prof. Dr. Marçal Grilo, então Director-Geral do Ensino Superior, no Ministério da Educação e Cultura. Mais ainda: segundo os seus conhecimentos, naquela emergência e para aquele cargo, eles não conheciam, no Distrito, nenhum outro Professor Catedrático!...

O cerco estava bem lançado e eu, no entender deles, não poderia recusar aquele serviço, desejado e importante para a promoção cultural do distrito de Castelo Branco. Acontece que eu tinha, e continuo a ter uma dificuldade para mim insuperável naquele dia: eu sou um sacerdote da Diocese de Portalegre e Castelo Branco que, a 15 de Agosto de 1951, ao ser ordenado de presbítero na Sé de Portalegre, fiz nas mãos do Sr. Dom António Ferreira Gomes (e dos seus sucessores) o voto formal e explícito de não aceitar cargo algum para o qual não fosse enviado pelo meu Bispo. Portanto, respondi-lhes que primeiro deveriam ir falar com o nosso Bispo de então, Sr. Dom Augusto César, e expor-lhe o caso que me apresentavam; e então eu ficaria de consciência tranquila, se ele concordasse e me mandasse mudar de Coimbra para assumir, em Castelo Branco, uma missão que, sendo do Estado, interessava igualmente à Igreja e ao seu prestígio. A Igreja sempre se dedicou ao ensino e, ao longo da História, tem mestres em todos os ramos do saber. Naquele tempo estava ainda muito presente a figura prestigiosa do Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, que fora professor catedrático de Histórico-Filosóficas em Coimbra, de 1916 a 1928.

Perante a minha insistência em que o Sr. Bispo devia ser a primeira pessoa a ser contactada, e a sua anuência, eu manifestei a minha disposição de aceitar. Fiquei, pois, convictamente convencido de que naquela tarde ou pelo menos ao serão desse dia, o Sr. Governador Civil trataria do assunto com o Sr. Dom Augusto César, para mais e meu maior conforto, tendo os meus dois interlocutores afirmado que, com certeza, o Sr. Bispo gostaria

que fosse um dos seus sacerdotes a iniciar uma obra que tanta influência viria a ter na formação de professores e dos seus futuros alunos, em toda a nossa região.

Paralelamente, o Sr. Comendador Alberto Romãozinho, como Governador Civil, juntamente com o então Presidente da Câmara, encetaram contactos para se fundar ao mesmo tempo, em Castelo Branco, a Escola Superior Agrária. Para isso convidaram um professor da Universidade de Vila Real, o Dr. Virgílio Pinto de Andrade, que embora fosse simplesmente licenciado, tinha alcançado na Universidade de Angola, para trabalhar num laboratório do País, a equiparação a Professor Auxiliar, funcionando, portanto, lá e depois da «grande debandada», também cá, o seu trabalho e o seu vencimento como equiparados ao de um doutorado.

Encontrados os Presidente para a fundação da ESE e da ESA, procuraram-se os respectivos vogais, que não foi difícil encontrar na própria cidade de Castelo Branco, dado que, para esses, o MEC não exigia doutoramento, pelo menos na fase inicial. O desejo expresso do Ministro era o de que todos os dirigentes e futuros professores destas Escolas Superiores viessem a ter, pelo menos, o Mestrado.

Decorridos os passos burocráticos em Lisboa, marcou-se, com grande solenidade, para o dia 28 de Outubro de 1980, no salão nobre da Câmara Municipal de Castelo Branco, a posse dos corpos directivos das duas Escolas Superiores. Até então não se falava nunca em «ensino politécnico» nem em Instituto Politécnico. Havia mesmo uma certa suposição de que, com estas Escolas, entrava em Castelo Branco o «ensino universitário», categoria pela qual se vinham batendo há vários anos, entre outros, o famoso Dr. José Lopes Dias, que propunha a fundação de uma Faculdade de Medicina, em Castelo Branco, para início da qual pensava que a cidade estava minimamente já apetrechada.

### **A fundação das Escolas Superiores**

Para presidir à posse dos corpos gerentes das duas Escolas Superiores deslocou-se, de Lisboa, o próprio Ministro da Educação, Prof. Dr. Vítor Pereira Crespo. A sala estava repleta de convidados das mais elevadas categorias sociais. Após os discursos da praxe foram empossados, para a Escola Superior de Educação: presidente, Prof. Dr. José Geraldes Freire, e vogais os Drs. António Norberto Azevedo Rosa e José Figueiredo Martinho, ambos professores do Liceu Nuno Álvares; e para a Escola Superior

Agrária, como presidente o Dr. Virgílio António Pinto de Andrade e vogais o Eng. Leonel de Magalhães, então já reformado, e o Dr. António Pardal Diogo Belo, que trabalhava no Departamento Distrital de Agricultura. De tudo o que disseram os oradores importa ressaltar uma informação do Sr. Ministro: Estas Comissões Instaladoras propõem-se com o fim de preparar o começo dos respectivos cursos, com aulas em instalações embora provisórias, no fim de um ano, isto é, em princípios de Outubro de 1981.

Foi uma cerimónia faustosa, com o projecto explícito de iniciar o Ensino Superior, em Castelo Branco, em 1981 — ensino que a maioria supunha ser o ensino universitário, o único superior até então existente. Mal saídos da Câmara Municipal, os seis membros das duas Comissões Instaladoras, encontrámo-nos, naturalmente, no largo fronteiro. Surgiu imediatamente o problema de saber onde haveríamos de reunir para encetar os nossos planos e nos relacionarmos com a Direcção-Geral do Ensino Superior e com o MEC em geral. Caímos logo em nós, ao verificarmos que nem o Governo Civil, nem a Câmara Municipal, nem o Ministério tinham preparado ou projectado para nós qualquer sede! Estávamos na rua!... Como eu tinha de partir para Coimbra e o Dr. Pinto de Andrade de seguir para Vila Real, combinámos encontrar-nos ali mesmo, na sexta-feira seguinte, pelas 15h.

### **À procura de sedes provisórias**

Nesta contingência, eu fui procurar um quarto para ficar das sextas-feiras para os sábados. Foi-me ainda nesse dia sugerido um, na Rua do Conselheiro Albuquerque, frente à Casa de Saúde de S. João de Deus. Todos os outros tinham casa própria em Castelo Branco, pois a maioria já lá residia e o Dr. Pinto de Andrade era bem conhecido, pois seu pai tinha granjeado prestígio como funcionário do Município.

Tendo-nos reunido no lugar combinado na semana seguinte, resolvemos ir para o meu quarto, a fim de tentarmos organizar uma secretaria. E em primeiro lugar assentámos em convidar como chefe de secretaria o Sr. João Lopes, então colocado na Covilhã, mas estimado de todos nós, por ter trabalhado no Liceu de Castelo Branco. O despacho estava feito na semana seguinte, porque além do apoio do Eng. Marçal Grilo, veio a saber-se que afinal ele, João Lopes, fora discípulo do Dr. João Salavessa Rodrigues Belo, em Alcains — Salavessa, natural dos Cebolais de Cima, que agora era o Subdirector-Geral do Ensino Superior. Ele há coincidências!... Fomos

ainda ao Governo Civil e à Câmara Municipal para verificar se tinham alguma sala disponível para a nossa secretaria. Eles até estavam ambos com falta de espaço... — assim nos disseram. Era difícil!

Na semana seguinte, o Dr. Figueiredo Martinho e o Sr. João Lopes já se tinham proposto alugar um andar na Avenida 28 de Maio, frente ao espaço livre que existia entre a Câmara e o novo Mercado Municipal. Aí passámos regularmente a reunir-nos todas as semanas, para despachar o correio do dia a dia e fazer avançar os projectos para execução dos planos em ordem ao funcionamento, no ano seguinte, das duas Escolas Superiores.

### **À procura de instalações para a ESE e o início dos cursos**

O primeiro assunto que, depois, me ocupou em Castelo Branco foi procurar um espaço suficiente e condigno para o decurso das aulas no primeiro ano, a iniciar, ao que eu supunha, em Outubro de 1981. Para isso fui visitar o antigo colégio das dominicanas, entre o Liceu e a estrada de circunvalação. Feita a visita às instalações e achando que o rés-do-chão, só por si, seria suficiente para o que se pretendia, propus à Madre Superiora que ela arrendasse à ESE esse espaço. A Madre respondeu que a Congregação estaria interessada em vender, mas não em alugar.

Prevendo que o MEC não pretenderia tal solução, fui então visitar a Escola do Magistério Primário, expondo ao Director que, com o início do primeiro ano dos cursos da ESE, deixaria de funcionar também o primeiro da E. M. P. Fiquei de ir expor o problema ao Presidente da Câmara de Castelo Branco, dado que a E. M. P. tinha ao seu serviço também as Escolas Anexas, as quais serviam para o estágio dos alunos do Magistério, no segundo ano. Posto ao corrente, o Presidente da Câmara dispôs-se a deixar livre essas instalações anexas, transferindo os seus alunos e professores, inclusive, se necessário fosse, para edifícios pré-fabricados.

Posto o Ministério ao corrente da situação, a resposta foi bastante complexa: 1º — o MEC já estava a preparar um projecto para a construção de uma nova ESE de raiz; e por isso não deveriam iniciar-se as aulas em instalações provisórias; 2º — ainda não estavam definidos pelo MEC quais os cursos que iriam funcionar na ESE de Castelo Branco, nem sequer quais os programas que seriam dados em cada curso; 3º — o MEC pensava em preparar professores próprios, que iriam tirar o grau académico de Mestre em Universidades Portuguesas; uns e outros seriam depois enviados para se graduar no estrangeiro.

Para mim, esta resposta foi perfeitamente compreensível, mas criou-me a desilusão de que o meu propósito de fundar a ESE e deixá-la a funcionar no fim de um ano de trabalho, isso seria completamente inexecutável. Podia dizer-se que eu, e todos nós em Castelo Branco, andávamos inteiramente enganados!...

Apesar de tudo, convidei o Dr. Figueiredo Martinho a participar em acções de formação que nesse ano iriam desenvolver-se na Universidade de Aveiro e em Braga, em Janeiro de 1981; e em Junho seguinte, a participar numa visita de estudo, que se iria realizar em vários estabelecimentos franceses, de grau académico semelhante ao que nós pretendíamos para a ESE.

Além disso, tratámos de conseguir meios de atrair professores qualificados de Universidades Portuguesas, para se transferirem para Castelo Branco. Um dos aliciantes seria a oferta de casa para os professores ou o pagamento da renda de casa aos que disso necessitassem. Mais uma vez a Câmara se mostrou empenhada em resolver esse problema, dentro de um conjunto de propostas aceitáveis. O ofício enviado pela Câmara foi por mim publicado, para seu louvor e compromisso, na *Reconquista* de 3 de Abril de 1981.

### **À procura de local para a ESA**

Entretanto, o Dr. Virgílio António Pinto de Andrade tratou de pôr em pé a Escola Superior Agrária. Também ele procurou um lugar provisório para se iniciarem as aulas, tendo para isso visitado o antigo quartel de Cavalaria 8. Chegou, porém, à conclusão de que para tal seriam necessárias muitas obras de adaptação, pelo que desistiu.

Começou, por isso, a lançar os olhos para a Quinta da Senhora de Mércules; e disso deu conhecimento ao MEC. Porém, para os futuros edifícios da ESA não havia então, em Lisboa, qualquer projecto em vista. Vieram, pois, arquitectos do Ministério visitar a quinta e acharam que o local tinha boas condições; e deu-se início ao trabalho. No entanto, logo se foi observando que as obras não estariam prontas e as aulas não poderiam principiar antes de 1984 ou 1985. Mais outro facto irrecusável, contrário às nossas expectativas!

### **Fundação do Instituto Politécnico**

Iniciaram-se as conversações com o proprietário da primitiva Quinta da Senhora de Mércules, Eng. Adriano Godinho Carvalho Guerreiro, que



se mostrou disposto a vendê-la. Surgiu então um novo problema interno. As Escolas Superiores não têm poder de aquisição. Elas devem pertencer a um Instituto Politécnico, o qual, sim, pode comprar e ser o titular da propriedade. Então me falaram, pela primeira vez, em Lisboa, na necessidade de existir uma outra instituição superior em Castelo Branco: — um Instituto Politécnico, do qual dependeriam a ESE e a ESA e outras Escolas Superiores que viessem a ser fundadas.

Afinal a solução já estava oficialmente prevista pelo Ministério da Educação e da Cultura. Eu fui, logo ali, indicado como Presidente do IPCB e os vogais seriam os Presidentes das Comissões Instaladoras da ESE e da ESA. E rapidamente, a 29 de Dezembro de 1980, fomos tomar posse, no MEC, eu e o Dr. Virgílio Pinto de Andrade, como fundadores do Instituto Politécnico de Castelo Branco, ficando eu Presidente e ele único vogal.

### **Compra da Quinta da Senhora de Mércules**

Nesse mesmo dia, 29, foi-me passado pelo MEC um cheque com a quantia, já acordada de 6.000 contos, para pagar a quinta. No dia seguinte, 30 de Dezembro de 1980, reuni em sua casa com o Eng. Adriano Godinho Carvalho Guerreiro e fiz-lhe a entrega do dinheiro. Foi o cheque de maior monta que até então assinei na minha vida! A escritura notarial da compra do terreno fez-se pouco depois, entre o Eng. Godinho e o Dr. Pinto de Andrade. A propriedade passou a ser oficialmente designada por Quinta da Senhora de Mércules, nome que também seria aplicado aos lotes confins, se e quando eles fossem comprados, como de facto vieram depois a ser e pagos aos respectivos proprietários pelo Presidente da ESA.

Das dificuldades que houve a vencer escreverá naturalmente o próprio Presidente da ESA, a quem foi entregue a administração da Quinta. Bastará referir uma, para se ver até que ponto chegam as peias burocráticas. A Quinta tinha dois trabalhadores. Infelizmente ambos eram analfabetos e por isso não podiam ser funcionários do MEC! A solução deste «problema» levou três meses... Só em Abril surgiu a ideia de que eles, sendo necessários à Quinta e tendo continuado a trabalhar nela, poderiam ser contratados como tarefeiros! Mas, de Lisboa, não foi enviado o dinheiro para lhes pagar o tempo em que a Quinta já era da ESA. Devemos ao Eng. Adriano Godinho a amabilidade de lhes ter pago os salários de Janeiro, Fevereiro e Março. Lindo gesto de dedicação de um patrão aos seus antigos trabalhadores.

Devo acrescentar apenas que, logo que pôde e obteve licença superior, o Dr. Pinto de Andrade instalou a secretaria própria da ESA na Rua de S. João de Deus, 25. Continuava, no entanto, a reunir às sextas-feiras de tarde na Rua 28 de Maio, como vogal do Instituto Politécnico, cuja secretaria fora anexa à da ESE. A seu tempo o MEC veio a criar, de raiz, a actual sede para o Instituto Politécnico, na Avenida Pedro Álvares Cabral.

### **Nova situação da ESE**

Como tinha passado da ESE para Presidente do Instituto Politécnico, ficou a ESE sem Presidente efectivo.

Propus então que fosse nomeado, como novo Presidente, o Dr. António Norberto de Azevedo Rosa, baseado em que ele era licenciado com Tese e nota de bom; e por isso, não sendo então para a licenciatura já necessária a apresentação da Tese (situação que se mantém ainda hoje) ele poderia ser equiparado ao grau de Mestre. Para o substituir como vogal apresentámos o nome de outro professor do Liceu Nuno Álvares, o Dr. João Carlos Sequeira Correia. Esta proposta não obteve qualquer despacho ou comentário do Ministério, tendo de continuar eu como presidente interino até ao fim da minha permanência em Castelo Branco. Para substituir o vogal que a ESE devia ter no IPCB, convidei os dois vogais iniciais que comigo tinham tomado posse a 28 de Outubro, passando assim todos os membros dirigentes das Escolas a assistir às reuniões e decisões do Instituto Politécnico.

### **Mudança de residência para Castelo Branco?**

Ao serem-me estabelecidos, no final de Janeiro, os honorários de Presidente do IPCB, fui informado de que, nessa qualidade, eu devia residir em Castelo Branco. Ora o que se passava até Fevereiro era que eu residia em Coimbra, onde dava aulas de segunda a quinta-feira; e na sexta-feira de manhã fazia semanalmente a incómoda viagem para Castelo Branco de camioneta, via Pampilhosa da Serra. Não havia então «expressos» nem existia o IC8.

Um novo problema se me punha. A minha Mãe, com quem eu sempre vivera em Coimbra, onde ela tinha mais um filho e três filhas, não queria voltar para Castelo Branco, onde vivêramos de 1942 a 1956. Mais grave ainda era a minha situação jurídica, do ponto de vista eclesiástico. Um

sacerdote não pode mudar de residência sem licença do seu Bispo. Expus, portanto, a situação ao Sr. Dom Augusto César; e fiz um requerimento, através da Câmara Eclesiástica de Portalegre (Diocese a cujo título de serviço me ordenei sacerdote), pedindo licença para mudar, oficialmente, a minha residência para Castelo Branco. O despacho do requerimento não veio.

Bem pelo contrário. É-me desagradável o que sou obrigado a contar. Depois de ler e apresentar o meu requerimento ao Sr. Bispo, o Chanceler da Cúria de então, Cón. Dr. João Marques Rosa, escreveu-me uma carta em que me advertia de que a minha posição em Castelo Branco, ao serviço da ESE e do IP, se encontrava em situação canonicamente irregular. Mais ainda: que se eu não tratasse de rever a posição, poderia incorrer em penas! Fiquei perplexo... Eu pensava que o Sr. Governador Civil, depois de me ter ido convidar a Monfortinho, em meados de Agosto de 1980 (como contei no princípio deste narrativa), tinha obtido para mim a licença de ocupar, em Castelo Branco, o cargo de Presidente do Ensino Superior. De facto, comigo insistiram, ele e o Sr. Caldeira Lucas, convencendo-me de que o Sr. Bispo até se sentiria satisfeito por um dos seus padres ir ocupar um lugar de relevo educativo e cultural, no Distrito e na Diocese de que era titular. Lembro-me de que, naqueles dias de angústia, levei a carta do Chanceler a Castelo Branco, para ouvir a opinião respeitável do Rev. Mons. Alfredo Serra de Magalhães. O seu comentário foi: «Parece impossível. O Chanceler quase o ameaça com a pena de suspensão», isto é, afastar-me do exercício das ordens sacras. Confirmou-se, pois, a minha angústia... Solução?...

### **Meu pedido de demissão**

Regressei a Coimbra. Depois de consultar o travesseiro, a primeira coisa que fiz, naqueles dias, 1 e 2 de Março de 1981, foi pedir a minha demissão do cargo de Presidente do IPCB e da ESE. Para isso, dirigi um requerimento ao Sr. Ministro da Educação, invocando evidentemente, como motivo, o modo como estava a decorrer o meu mandato, que, como vai descrito acima, era já suficientemente claro que não corresponderia à promessa que o Sr. Ministro tinha feito de que as aulas da ESE e da ESA principiariam em Outubro de 1981; e ainda «razões pessoais», isto é, o facto de a minha Mãe não querer mudar para Castelo Branco e, mais importante ainda, verificar que o meu Prelado (em cujas mãos pus a minha

vontade) não gostava que eu exercesse cargos civis para os quais ele me não tinha mandatado.

No mesmo fim de semana, escrevi ao Sr. Dom Augusto César a comunicar-lhe que eu desistia do requerimento de mudança de residência; e que já tinha pedido ao Sr. Ministro da Educação a minha demissão de Presidente do IPCB e da ESE. Eu queria cumprir, fielmente, o meu voto de obediência nos termos atrás referidos.

Afinal, quando, pouco tempo depois, pela Semana Santa, fui a Portalegre, compreendi que o Sr. Bispo tinha razão em não estar satisfeito com o meu caso. O Sr. Governador Civil chegou de Monfortinho aos Cebolais de Cima e foi pedir ao seu Pároco, Pe. Amândio Marques Tomé, que comunicasse ao Sr. Bispo que eu tinha acabado por aceitar o cargo de Presidente da ESE. Só que, vim a saber agora, quando nessa mesma noite o Pe. Amândio telefonou para Portalegre, o Sr. Dom Augusto César não estava no Paço Episcopal, nem na Diocese. Tinha-se ausentado, em serviço, para Setúbal, donde, ao regressar, passados alguns dias, em vez de «ser o primeiro a saber» o que eu, pressionado pelo Sr. Alberto Romãozinho e pelo Sr. Caldeira Lucas, lhe pedira, soube afinal que em Castelo Branco (e também no Paço Episcopal) toda a gente sabia já que, em Outubro seguinte, eu iria assumir funções civis em Castelo Branco, bem diferentes daquelas que desempenhava em Coimbra, desde 1962, então «mandado» pelo Sr. Dom Agostinho de Moura, após o pedido do Director da Faculdade de Letras e de um Professor Catedrático de Clássicas, que foram falar com ele a Portalegre. Era o que deveriam ter feito agora o Governador Civil e Caldeira Lucas: — ir logo a Portalegre falar com o Sr. D. Augusto César.

O meu requerimento de demissão andou pelo Ministério algumas semanas, até que, a 2 de Abril, foi favoravelmente despachado pelo Secretário de Estado da Educação, Prof. Dr. Sebastião Formosinho Sanches Simões. Esperei durante bastante tempo a sua publicação no *Diário da República*, mas depois vim a saber que o Sr. Ministro se tinha oposto à sua publicação, pelo que eu devia satisfazer o de compromisso de um ano em Castelo Branco.

Enquanto Presidente efectivo do IPCB e interino da ESE continuei a cumprir todos os deveres que vinham caindo sobre mim. Apenas um ponto foi alterado: em vez de ir semanalmente a Castelo Branco e reunir com os delegados das duas Escolas Superiores, passei a viajar para lá apenas na última semana de cada mês. Aliás, ambas as Secretarias tinham já pessoal que me telefonava e despachava o correio quando eu o achava necessário.

Além disso, Outubro não estava já longe... Mais ainda: as diligências de arranque estavam dadas. A gestão marchava já com uma certa monotonia, dada a morosidade do MEC.

### **À procura de sede para o IP**

O primeiro problema que se pôs ao Instituto Politécnico, além da compra da Quinta da Senhora de Mércules, foi encontrar para ele uma sede própria e organizar a sua secretaria. Ouvi vários pareceres. A Direcção-Geral nunca tinha sequer posto esta questão. Cheguei a tomar a iniciativa de ir a Lisboa, para fazer andar o processo...

A preferência ia para a casa apalaçada do Eng. José da Cunha Mota, à Praça Velha ou Largo Luís de Camões. O Sr. Eng. Mota, já reformado, não queria vender a casa. Instado para me acolher lá com um secretário, acabou por me mostrar só o que fora, e era ainda, o seu escritório, embora, depois da sua reforma, com poucos dias de trabalho. O espaço seria suficiente, para um período transitório, mas precisaria de obras para montar pelo menos duas secretárias e estantes. Já não exigíamos uma sala de recepção para visitas. O Sr. Eng. Cunha Mota não se mostrou disposto a suportar os barulhos das obras e o vaivém dos operários.

Voltámo-nos então para a casa do Dr. Alberto Franco Falcão, à Rua Cadetes de Toledo. Embora seja uma casa nova, tem boa traça arquitectónica. Fomos bem recebidos; mas não passámos da exposição das nossas pretensões. O Dr. Franco Falcão não queria vender nem alugar a sua casa ou sequer parte dela.

O mesmo se passou com a casa do Dr. José de Almeida Garrett. Hoje, que ele já faleceu, funciona lá a Escola Superior de Enfermagem, porque não morava já lá ninguém quando os herdeiros a alugaram. Naquele ano de 1981 a casa estava parcialmente ocupada, mas, apesar de ela ser bastante grande, não houve abertura para «aturar» inquilinos.

Visitámos as casas da Quinta cujo portão dá para o largo da antiga cadeia comarcã, não longe do cemitério. Aconteceu que nenhum dos proprietários quis arrendar ou vender uma das suas casas.

Finalmente, fomos de novo ao Colégio das Irmãs Dominicanas. Agora a Madre Superiora mostrou-se disposta a alugar toda a ala direita do rés-do-chão. Apresentámos o projecto à Direcção-Geral do Ensino Superior. O aluguer não foi autorizado, porque o espaço foi julgado grande demais. Insistimos com a Madre em alugar apenas, ao Instituto, o rés-do-chão do

lado Sul (paralelo à estrada de circunvalação). Foi logo considerado que o corredor da fachada poderia ser ocupado por outras actividades perturbadoras; ou alugado a outras instituições que poderiam recusar-se a sair quando o IPCB desejasse alargar os seus serviços, para conferências ou festas.

Concluindo, não encontrámos então em Castelo Branco um lugar condigno, onde instalar a sede do Instituto Politécnico. Continuámos a reunir-nos e a despachar na secretaria da Escola Superior de Educação. A Direcção-Geral do Ministério, que foi sendo posta a par de todas estas diligências, começou a compreender, como nós lhe sugerimos, que a melhor solução seria construir um edifício de raiz, com as divisões sugeridas e aprovadas pelos arquitectos e pela Direcção-Geral do Ensino Superior. Novamente o meu olhar teve que vislumbrar, para um novo IPCB, obras até um ano bem mais longínquo que o já em meados ano de 1981...

### **Visitas a Santarém e à Covilhã**

Como éramos as duas primeiras Escolas Superiores que se fundaram (28 de Outubro de 1980) e o primeiro Instituto Politécnico criado (29 de Dezembro de 1980), seguimos com entusiasmo a preparação e inauguração das segundas: — ESE e ESA, em Santarém. Ali, sob a presidência de um filho da terra, o Prof. Dr. Joaquim Veríssimo Serrão, viu-se com agrado a elevação académica das duas entidades do até então chamado «Ensino Médio», que a cidade já possuía: a Escola do Magistério Primário e a Escola de Regentes Agrícolas. A cidade escalabitana viu assim, com prazer, a marcha sempre crescente de um seu edifício de primeira grandeza: o antigo colégio dos jesuítas, que depois da expulsão destes pelo Marquês de Pombal (1759) e da República anticlerical (1910) interveio de Liceu, de Seminário, de Paço Episcopal, de Sé Catedral e agora ia dar lugar à Escola Superior de Educação e ao Instituto Politécnico de Santarém.

Vieram pouco depois as Escolas Superiores de Viseu e de Leiria. Todos ficámos em regime de Comissão Instaladora, porque os cursos a leccionar na ESE (e o mesmo se diga da ESA) não estavam definidos, nem sequer se faziam então reuniões de estudo para discutir quais as disciplinas que haviam de ser ministradas. Tinha-se uma ideia bastante vaga de que nas ESE se formariam educadores de infância, professores então chamados do ensino primário, professores para o ciclo preparatório e até depois para os actuais 7º, 8º e 9º anos, isto é, o agora designado Ensino Básico e Geral

Unificado 1, 2, 3. Depois admitiu-se como provável que preparassem também para o Ensino Secundário (10º, 11º e 12º). Isto é, existia uma certa indefinição que tendia a confundir as Escolas Superiores com o Ensino Universitário. Neste sentido, as capitais de distrito, que, em princípio, todas viriam a ter Escolas Superiores, sentiam-se promovidas; e não raro se falava de que passariam a ter ensino universitário.

Dentro deste espírito de «colegas do ensino superior» (o que era exacto) programámos uma visita ao que fora o Instituto Universitário da Beira Interior, com sede na Covilhã, e que, tal como o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o centro principal em Vila Real, depois de muitas hesitações oficiais e discussões públicas, acabaram por conseguir passar a ser considerados como Universidades Novas, a par das de Aveiro, Braga, Évora, Faro, etc. — agora designadas pelas siglas UBI (Covilhã) e UTMAD (Vila Real).

Chegámos à Covilhã (não tenho anotado o dia e o mês) às 11h. Como combinado, fomos recebidos amavelmente pelo Reitor, mostraram-nos as divisões do edifício principal (a Reitoria), mas não fomos ver as Faculdades (cujos nomes então desconhecíamos e ainda hoje não dominamos bem, apesar de já termos ido de Coimbra a argumentar lá uma tese de doutoramento). Antes das 13h, tínhamos a visita terminada. Despedimo-nos do Reitor, metemo-nos nos automóveis e fomos almoçar a Castelo Branco, cada um em sua casa.

### **A manutenção de um equívoco**

Deço a estes pormenores porque senti em toda a visita uma certa frieza. Afinal nós não éramos verdadeiramente «colegas». Em termos hoje bem definidos, uma coisa é um Instituto Politécnico, outra é uma Universidade. O primeiro é constituído por Escolas Superiores; a segunda por Faculdades. Por outras palavras: «ensino superior politécnico» não é o mesmo que «ensino superior universitário». Esta clara distinção ainda hoje não é bem compreendida por todos.

Veja-se o que acontece com a Queima das Fitas em Coimbra. É a grande festa dos «quintanistas», quer dizer, dos alunos da Universidade, que desfraldam as Fitas Largas e que esperam (ou poderiam...) terminar o seu curso e obter a licenciatura, no ano lectivo seguinte. Quando os alunos das Escolas Superiores, pertencentes ao Instituto Politécnico de Coimbra, chegaram quase ao final do penúltimo ano (a «Queima» é agora sempre

numa das semanas da primeira quinzena de Maio, segundo a «praxe» actual), os alunos do «ensino superior politécnico» quiseram incorporar-se com os seus carros alegóricos, no grande cortejo.

Porém, os alunos do «ensino superior universitário» resistiram-lhes e não os deixaram percorrer as ruas, desde a «Alta», aos Arcos do Jardim, à Praça da República, à «Baixa», até à Portagem. Quanto ao cortejo da Queima das Fitas, com o andar dos anos, arranjou-se uma solução do compromisso: — primeiro, entram todos os carros alegóricos das Faculdades da Universidade; no fim, segue-se uma espécie de segundo cortejo, com os carros das Escolas Superiores do Instituto Politécnico. E ainda no ano corrente de 2005, depois da «Queima», decorreu uma polémica no *Diário de Coimbra* entre o Presidente da Associação Académica de Coimbra (Universidade) e o Presidente da Associação Académica dos Estudantes do Ensino Politécnico. No fim, ambos se acusaram mutuamente de incompreensivos e de intolerantes!

Mais pacífica é a «Bênção das Pastas»: num primeiro Domingo, o Bispo de Coimbra preside, na Sé Nova, à Bênção dos universitários; no Domingo seguinte, o Bispo ou o Vigário-Geral (se o Bispo tem «visitas pastorais») preside à Bênção dos alunos do Politécnico. Tudo entre «irmãos»! Mas uns «mais irmãos» que outros!...

## **O acumular de desilusões**

Voltando à insatisfação que fui sentindo desde que verifiquei que não seria possível cumprir a «promessa» de iniciar os cursos no ano lectivo de 1981-82, outros temas vinham progressivamente mostrando que tal era completamente inexequível. Não quero alongar-me, mas não posso deixar de apresentar sumariamente algumas outras questões.

Em primeiro lugar, eu acreditava que o grau académico próprio de um professor do quadro de uma Escola Superior seria o de Mestre. Nesse sentido, eu exortei várias vezes os membros das duas Comissões Instaladoras do IPCB, a que tirassem o Mestrado, devendo contactar as universidades onde se tinham licenciado. Não obtive qualquer sucesso. Os vogais da ESE eram professores efectivos de Liceu, com lugar assegurado; e não aceitavam bem que tivessem de afastar-se da família, numa idade em que os filhos mais precisavam deles. O próprio Presidente da ESA contentava-se com uma equiparação a Professor Auxiliar, obtida em Angola. Neste último caso, eu até pensava que daria nome ao IP, se o Dr. Pinto de Andrade abrisse



em Castelo Branco um consultório da sua especialidade, a Veterinária. A ideia não lhe sorriu. E veio a estar 15 anos na situação da Comissão Instaladora e à frente do próprio Instituto Politécnico, após a minha saída, sem precisar de mais qualquer qualificação académica. O Ministério, que eu saiba, nunca se incomodou com isso.

Ao contrário do que se pensava, nunca veio a existir uma verdadeira e normal permuta entre professores do ensino universitário e do ensino politécnico. Algum caso que se tenha verificado foi ditado por interesses pessoais: proximidade da família e da terra da naturalidade, gestão de empresas industriais ou agrícolas próprias. Nem sequer passou a vigorar a atracção pela oferta de casa ou de pagamento das rendas de casa aos professores que passassem das Universidades para os Institutos Politécnicos.

Com o andar dos anos, os professores mais graduados nos IP podem vir a orientar Mestrados, mas os doutoramentos tinham de ser sempre feitos nas Universidades. Ainda hoje há quem se bata por que os professores doutores dos Institutos Politécnicos possam orientar doutorandos, mas tal combate permanece indefinido. De facto, ainda não se conseguiu, do ponto de vista académico, a equiparação plena entre o Ensino Politécnico e o Ensino Universitário, de modo a tornar-se normal a permuta de lugares. Muito menos, o concurso para uma vaga para professor efectivo de uma Escola ou Universidade ter concorrentes dos dois ramos...

Um caso prático desta diferença verificava-se nos mapas de guia de viagem. Tendo eu tomado posse da Escola Superior de Educação e do Instituto Politécnico, a Faculdade de Letras de Coimbra passava-me guias de viagem de ida e volta, semanal ou mensalmente, como se eu viesse de Castelo Branco para Coimbra para dar aulas na Faculdade de Letras. Para isso, seria necessário que a Faculdade de Letras obtivesse licença para que um professor de fora viesse dar aulas a Coimbra. O requerimento foi feito várias vezes à Direcção-Geral, mas nunca obteve qualquer despacho! Afinal, a Universidade de Coimbra e o próprio MEC continuavam a considerar-me um professor efectivo dos quadros da Faculdade de Letras de Coimbra. Nem do ponto de vista académico (e muito menos eclesiástico) eu nunca deixei de residir em Coimbra. No fim do ano, o Bedel teve que refazer todas as guias de marcha, partindo eu de Coimbra para ir a Castelo Branco. E nunca, nem em Coimbra, nem no Ministério me tranquilizaram, esclarecendo-me de que eu estava em comissão de serviço... Se isso fosse claro, eu não faria o requerimento de transferência, nem o Bedel me passaria as guias na direcção Castelo Branco-Coimbra.

E ainda bem, digo eu agora. Se eu tivesse passado para Professor da Escola Superior de Educação, teria que reconverter a minha especialização. Licenciiei-me em Filologia Clássica, em 1962; doutorei-me em Linguística Latina, em 1971; tirei na Faculdade de Letras da Universidade de Nimega (Holanda) as especialidades de Grego e Latim dos Autores Cristãos e de Latim Medieval, de 1965 a 1967. É quase certo que em Castelo Branco nunca nenhuma destas áreas do saber virão a ser ensinadas. Nem sequer o Latim, por mais necessário que ele seja em todas as escolas portuguesas, alguma vez virá a ter entrada no Ensino Politécnico! Não há dúvida de que eu sentir-me-ia frustrado como professor e teria passado a ser um administrador do ensino: mapas de aulas, salas e espaços culturais, contratação de professores, enfim, um gestor. Concordemos que nunca foi essa a minha vocação. Em Coimbra, consegui passar 36 anos, sem nunca me encarregarem desses serviços... Há outros que gostam deles! Até concorrem! Não tendo nunca saído da Faculdade de Letras de Coimbra, ensinei aquilo que sabia, de que gostava e inaugurei o estudo do Latim Medieval em Portugal, de que dei vinte cursos (de 1987 a 1998) e em que orientei 10 Mestrados e 2 Doutoramentos. *Deus super omnia*, como terminam os «juízos do ano»!

### **O despacho de demissão**

Como expliquei atrás, no devido contexto, o pedido de demissão do IPCB e da ESE foi por mim assinado a 2 de Março de 1981 e veio a ser despachado favoravelmente a 2 de Abril pelo Secretário de Estado, Doutor Formosinho Sanches Simões. Porém, o Ministro, Doutor Vítor Pereira Crespo, sem nunca me dar qualquer justificação, impediu a sua publicação no *Diário da República*.

Sabendo já agora, por experiência, como os processos são demorados nos Ministérios, no princípio de Setembro voltei a insistir, em idas pessoais de serviço, na necessidade da minha demissão, porque se estava a cumprir um ano, tempo para o qual me fora dito que era necessário o meu serviço. Como ao longo do mês de Setembro nada consegui, no dia 7 de Outubro resolvi ir pessoalmente para o Ministério da Educação e Cultura.

Passei pelo 8º andar (Subsecretário-Geral do Ensino Superior) e pelo 9º (Secretaria-Geral do E. S.). Todos me receberam muito bem, mas nada de positivo me foi garantido. Por isso, da parte da tarde, pedi para ser recebido, no 10º andar, pelo Sr. Secretário de Estado, que tinha na sua secretária ainda o despacho de 2 de Abril, a que me referi. Ele concordou

com as minhas razões; e prometeu-me que iria pouco depois falar, no 11º andar (onde eu nunca subi!) com o Sr. Ministro da Educação.

Eu voltei para o 9º andar. O tempo corria veloz para mim. A cada funcionário que passava, eu explicava por que motivo me encontrava ali. Pelas 17h os funcionários começaram a preparar-se para sair. Eu movimentei de novo os assessores do Secretário de Estado. Estes regressaram e prometeram-me que o assunto seria resolvido nesse dia. De facto, pelas 18h, vieram-me mostrar um novo despacho da minha exoneração, assinado pelo Ministro Vítor Pereira Crespo, já com o número de registo do Ministério para o *Diário da República* e com a data oficial de exoneração, 7 de Outubro de 1981.

Pediram-me para deixar o edifício tranquilo, garantindo-me absolutamente que nada mais faltava para o despacho ministerial sair no jornal oficial, com a data indicada. Acreditei. Pelos corredores já não passava ninguém. Chamei o elevador e desci sozinho até ao rés-do-chão. Despedi-me amavelmente dos guardas de serviço. Saí da porta principal para a rua. Senti-me completamente livre, calmo e confiante. No dia seguinte regresssei a Coimbra.

O Dr. Virgílio António Pinto de Andrade foi depois nomeado Presidente do Instituto Politécnico, continuando com a Presidência da Escola Superior Agrária. A posse que tomáramos por um ano, manteve-a ele durante 15 anos! Só então se realizaram as primeiras eleições. O Dr. Pinto de Andrade ganhou-as sempre que concorreu, até se reformar. Eu fiquei sempre amigo dele e de todos os vogais das Escolas Superiores: de Educação e Agrária. Saí, pois, com a consciência de ter deixado o Ensino Politécnico bem fundado em Castelo Branco. Agora associo-me às festas comemorativas dos seus 25 anos de vida, sempre em crescendo. Que Deus o proteja *ad multos annos!*

## Conclusão

Chegado ao fim desta descrição do primeiro ano, o da fundação da ESE, da ESA e do IP de Castelo Branco, poderão querer contar-se os dias em que eu, de facto, me ocupei a trabalhar para estas três instituições — eu, mas na ESA também o seu Presidente, o Dr. António Virgílio Pinto de Andrade, que me sucedeu, depois, no IPCB.

Alguém contou o número de vezes que eu fui de Coimbra a Castelo Branco e contou os meus dias de serviço — 26! É de cabo de esquadra —

diria o meu Pai. Concedamos que só fui 26 vezes. Como é diferente e verdadeira a minha contagem! Atendendo a que só havia, naquele tempo, uma carreira por dia para lá e para cá, devemos contar assim:

Indo 26 vezes, com o programa que eu realizava, saía à sexta-feira, na camioneta de 11h., com paragem na Pampilhosa da Serra (para almoçar davam 2h de intervalo) e chegava a Castelo Branco, pelas 15h30. Nessa mesma tarde, ia para a secretaria; e o Sr. João Lopes apresentava-me o correio, que eu logo estudava; e depois ele, como chefe de secretaria, punha-me a par dos problemas — visitas, telefonemas, compras, etc. Por vezes, ao serão, eu voltava para a secretaria e fazia minutas de eventuais respostas ou propostas.

No sábado, reuníamos as Direcções completas das Escolas em formação, analisávamos os problemas e programávamos as soluções, tomando cada um conta do que teria a fazer durante a semana: visitas, correspondência, circulares e exposições ao MEC, etc.

No Domingo, eu reunia de novo com o chefe e único empregado da secretaria, para pôr tudo em ordem. De tarde, regressava a Coimbra pela Foz do Geraldo, Pampilhosa da Serra e Lousã.

Durante a semana, eu despachava, escrevendo à máquina, em minha casa, cartas e ofícios, para os respectivos destinatários, que não eram só MEC. Poder-se-á verificar, pelas datas da correspondência, que ela era quase toda aviada durante a semana, nos dias e horas que eu tinha disponíveis dos trabalhos da Faculdade de Letras, da qual, afinal, sempre fui professor catedrático. Nem em Coimbra, nem no MEC, nunca me falaram em comissão de serviço. Pode parecer estranho, mas é a verdade. Acresce que só depois da posse do Instituto Politécnico (29-XII-1980), me informaram de que eu devia residir em Castelo Branco, donde resultou o desgastante episódio, que acima contei, com a Cúria Diocesana de Portalegre. Eu suponho que, pelo meu comportamento de então, o meu Bispo, por duas vezes, depois, me quis distinguir com títulos eclesiásticos. Teria ainda outras razões, suponho eu. Uma dessas vezes foi junto do Papa João Paulo II, da qual resultou um rescrito a meu favor, em pergaminho, assinado pelo célebre Card. Casaroli, Secretário de Estado da Cúria Pontifícia, o fundador da «política a Leste».

Concluindo, por estas 26 vezes, que fui passar o fim de semana a Castelo Branco, eu ocupei 78 dias. Há ainda que juntar os dias em que fui tomar posse e a demissão — véspera, posse e regresso — mais 4 dias.

Mas, como ficou descrito, a minha documentação, a constituída por correspondência, foi toda (ou quase, só a datação dirá) feita a partir da

minha casa, em Coimbra. São, portanto, mais outras 26 semanas, com três dias de possível escrita, isto é, outros 78 dias.

Há a acrescentar, as saídas de Castelo Branco, não só à Covilhã (como referi), mas também à inauguração, depois da nossa, do Instituto Politécnico de Santarém, ao qual ficou a presidir o Prof. Dr. Veríssimo Serrão. Outro Professor Catedrático, como exigia o Primeiro-Ministro Sá Carneiro. E mais: fui uma semana a Bordéus (França), para assistir a um encontro sobre a orientação a dar ao Ensino Politécnico. Juntemos, pois, pelo menos, mais 10 dias.

E não teria eu direito a um dia de folga por semana? Seriam, portanto, contados, mais 26 dias, nas tais hipotéticas e só 26 semanas de trabalho!

Mas, francamente, eu julgo-me no direito, por ser absolutamente exacto, citar agora uma célebre frase da Bíblia (e lá vou eu agora ao Latim, de que quase teria de me despedir, se me transferisse para o IP e para a ESE de Castelo Branco): *Praeter illa quae extrinsecus sunt, instantia mea cotidiana, sollicitudo omnium ecclesiarum* (2 Cor. XI, 28). Estou na sala de Latim Medieval do Instituto de Estudos Clássicos da F.L.U.C. e só agora verifico que, havendo aqui várias edições do Antigo e do Novo Testamento, em grego e em latim, não existe uma só tradução em português! Tenho de traduzir eu esta frase, que tão bem se aplica ao caso que quero provar: «*Além daquilo que é exterior* (neste caso: o número de dias já contados), *a minha preocupação de todos os dias, a solicitude de todos*» os planos da Escola Superior de Educação e depois, também, durante nove meses e meio do IPCB.

Esta «preocupação quotidiana» obriga-me a contar mais 10 dias (pelo menos) em Agosto de 1980, 30 dias em Setembro e 26 dias em Outubro. O dia 27 já está contado acima para ir tomar posse a Castelo Branco. Considero, portanto, justo acrescentar mais estes 66 dias. Para mais, além da preparação para o cargo, nestes dias prévios eu vivi a primeira parte da *instantia*, reforço até, as *angustiae* (o Dicionário de Latim Clássico traduz por «grande aflição») de saber se o Governador Civil de Castelo Branco e o representante da *Reconquista* tinham pedido ao Sr. D. Augusto César, Bispo de Portalegre e de Castelo Branco para eu desempenhar a função de Presidente da ESE, dado que eu não podia tê-lo feito das Termas de Monfortinho, nas circunstâncias que descrevi no início desta narrativa — nem eu iria pedir-lhe, como não fui pedir para vir ensinar para Coimbra, eu que estava tão tranquilo como professor do seminário de Portalegre.

Revendo a contagem, observo que ainda ficaram de fora os dias 30 e 31 de Outubro de 1980, pois não estão incluídos na posse nem na primeira semana de Novembro. Portanto, mais dois dias.

Contabilizando todos os dias já justificados, ponto por ponto, deixei apontados 264 dias. Porém, acho inteiramente razoável fazer o cômputo segundo as práticas do serviço prestado ao Estado: um ano, como me comprometi, teria 365 dias: como devemos descontar só desde 9 a 26 (ambos incluídos) de Outubro, eu só vivi livre dos encargos da ESE e depois com o IPCB, nesse período, 18 dias, o que dará 346 dias. No entanto, como já ficou bem exposto, a este número de encargo oficial, eu sinto-me no direito e no dever de acrescentar os 66 dias de *instantia* e *sollicitudo* também citados do ano de 1980, o que, efectivamente dará 412 dias. Meu Deus, mais de um ano! Durante todos estes dias, como diz Diogo Mendes de Vasconcelos, humanista latino, originário de Alter do Chão (1523-1599), cuja *Vita* de seu tio, D. Gonçalo Pinheiro me encontro agora a traduzir, «eu contraí o peso de administrar os bens alheios»: *pondus administrandi aeris alieni*.

Razão tinha eu para dizer, a certo ponto do meu relato, que nunca vivi com qualquer ambição de estar à frente de outros, dirigir, mandar! «Ó glória de mandar, ó vã cobiça/ Dessa vaidade a que chamamos Fama» (*Lusíadas* IV, 95,1-2); e «O bom religioso, verdadeiro/ Glória vã não pretende nem dinheiro» (*Lus.* X, 150, 7-8). Afinal Luís de Camões também contribuiu para a minha formação espiritual! Isto não quer dizer que eu tenha fugido alguma vez a cumprir qualquer das minhas obrigações, ou não me tenha preocupado sempre, continuamente, com o que seria melhor para o Instituto Politécnico, para a Escola Superior de Educação ou para qualquer cargo que alguma vez me tenha sido confiado (e não foram poucos).

Saí, e continuo convencido, de que, após um ano de tomar posse, em Castelo Branco e em Lisboa, deixei bem fundado o Ensino Politécnico. Que eu saiba, nada do que eu fiz teve de ser corrigido. Continuado e ampliado, sim! Quem não cumpriu foi o Sr. Ministro da Educação e Cultura, que a 28 de Outubro de 1980, na Câmara Municipal de Castelo Branco, prometeu que as aulas, nas Escolas Superiores de Educação e Agrária, principiariam no ano lectivo de 1981-1982. Bem longe disso: levou anos e anos para se organizarem. Basta dizer que a Comissão Administrativa só foi substituída após 15 anos de serviço. Foi obra!

JOSÉ GERALDES FREIRE